



REPRESENTAÇÃO SOBRE PROSTITUTAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE BASEADA NAS TEORIAS DO ESTIGMA E DE GÊNERO

Mariane Avelar Natividade¹

Resumo

Este estudo permitiu-nos realizar um levantamento dos aspectos sociais e históricos da prostituição relacionados à teoria do Estigma, proposta por Erving Goffman e à questões de gênero levantadas por Guacira Lopes Louro. Apresentou também como objetivo facilitar a compreensão sobre as causas e as consequências da estigmatização para essa classe de mulheres. Além de propor como solução a formação de grupos de apoio compostos, principalmente, pelas próprias prostitutas, que além de oferecer acolhimento, possam desconstruir a imagem estigmatizada das garotas de programa diante da sociedade.

Palavras-chave: História da prostituição. Prostituição feminina. Estigma


Aspectos sociais e históricos da prostituição

De acordo com Pasini (1999), a prostituição pode ser entendida como uma atividade na qual as relações sexuais são estabelecidas em troca não apenas por dinheiro, mas também de bens materiais, informações, favores profissionais, entre outros. Historicamente a prostituição feminina é mais frequente que a masculina, por isso esse trabalho trata apenas dos aspectos relacionados às mulheres que exercem tal prática, relacionando-a aos conceitos e características da teoria do estigma de Erving Goffman, e de gênero proposta por Guacira Lopes Louro.

Considerada a profissão mais antiga do mundo, a prostituição tem uma origem complexa. Isso se deve ao fato de que o sexo foi visto de muitas formas diferentes ao longo da história. De acordo com Louro (1997), a sexualidade pode ser vista como uma invenção social, onde muitos discursos a regulam e produzem verdades a seu respeito. Nesse sentido Ceccarelli (2008) afirma que a representação social da prostituta varia segundo época e cultura. E, hoje, assim como em outros momentos da história, a nossa percepção da

¹ Psicóloga pelo Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS), mestranda em gênero e diversidade na Educação. Integrante do grupo de pesquisa: Relações entre filosofia e educação para a sexualidade: a problemática da formação docente e graduanda em Filosofia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: marianeavelar1@hotmail.com





prostituição está diretamente ligada à visão que nós temos da sexualidade, a qual devido à forte influência do cristianismo no mundo ocidental passou a ser relacionada à noção de pecado e, por isso, renegada socialmente.

Assim, a partir do levantamento de dados sobre aspectos sociais da prostituição, nos perguntamos se essa prática é realmente estigmatizada ou se ela pode ser entendida da mesma forma que as demais profissões reconhecidas pelo Ministério do Trabalho no Brasil. Para compreendermos melhor tal afirmação, precisamos destacar alguns aspectos.

Para Louro (1997), as desigualdades e as formas estigmatizadas de tratar essas supostas diferenças que envolvem questões relacionadas a gênero, devem ser analisadas a partir dos arranjos sociais, da história e do acesso a recursos que cada indivíduo ou grupo possui.


Nesse contexto, Silva (2011) analisando a sociedade atual, afirma que muitas mulheres são conduzidas a atuarem como prostitutas, no entanto, devido a questões morais pré-estabelecidas estas são duramente condenadas. Segundo Beauvoir (2009), as prostitutas não têm direitos de pessoa, pois apresentam diversas características relacionadas à escravidão feminina, o que de acordo com dados da pesquisa de Penha (2013) reflete na forma de violência contra essa classe de mulheres que se prostituem.

Em 1921, a Liga das Nações instituiu um comitê para abordar e lidar com o problema do tráfico de mulheres e crianças. Em 1946, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou uma convenção com o intuito de erradicar a prostituição. Com a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) na década de 1980, essas questões ganharam ainda mais atenção das autoridades mundiais. Providências urgentes e eficazes passaram a ser exigidas. Segundo Ceccarelli (2008), ocorreu a reorganização de costumes e valores.

Dessa forma, uma medida adotada para promover melhores condições de vida para essas mulheres, foi a legalização da prostituição em vários países ocidentais. Ainda de acordo com Ceccarelli (2008), no Brasil, como na França e em Portugal, a prostituição adulta é incriminada quando há incitação pública ao ato sexual e comércio de sexo mediado por terceiros.

Na década de 1980, começam a surgir os primeiros movimentos organizados pelas próprias prostitutas buscando melhores condições de vida para elas. Devido às constantes reivindicações dessas mulheres por mais direitos, em 2002, a categoria “5198 – Profissional do sexo” foi incluída e reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pelo Ministério do Trabalho e do Emprego. Percebemos que esses protestos têm favorecido para





que as prostitutas venham obtendo cada vez mais conquistas ligadas as suas condições de trabalhadoras (BESSA; CASTRO; CRAESMEYER, 2014).

No site do Ministério do Trabalho e Emprego², os demais títulos que também identificam as pessoas que trabalham com prostituição, são: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta e Trabalhador do sexo (BESSA; CASTRO; CRAESMEYER, 2014). É interessante percebermos que por algum motivo o Ministério do Trabalho não citou em sua lista alguns termos, como por exemplo, “puta”. A explicação para a exclusão dessa palavra provavelmente consiste no fato de que a mesma carrega um histórico de renegação, rebaixamento e sujeira social, embora atualmente ela seja muito utilizada como bandeira de militância para várias profissionais da área e ainda esteja diretamente ligada ao exercício da prostituição.

Esses dados nos mostram que socialmente, as prostitutas, hoje reconhecidas como profissionais do sexo, se constituíram como seres abjetos, a mercê dos julgamentos de uma parte da sociedade mantenedora de um poder hegemônico (CASTRO; DRAVET, 2014).


Estigma, gênero e prostituição

Neste texto, iremos ressaltar algumas características estigmatizadas da prostituição, tendo Goffman (2008) como referencial teórico. Esse autor propõe três tipos de estigma, sendo esses: a culpa de caráter individual, as abominações do corpo e os estigmas tribais de raça. Podemos relacionar à prostituição ao primeiro deles. Segundo Regina Medeiros (*apud* SILVA, 2011), a atuação da prostituta está relacionada à negação do papel reprodutor da mulher, pois ela está inscrita no lugar de gozo sexual e atua no anonimato das ruas, longe das questões familiares, lugar muito parecido com que o homem frequentemente ocupa. Assim essas mulheres são, muitas vezes, identificadas como “mulheres da vida, mulheres da rua, mulheres à toa”, pois excluídas da sociedade, elas são reconhecidas como seres de paixões tirânicas e que devem carregar essa culpa de caráter individual.

Goffman (2008) também define duas categorias de indivíduos estigmatizados. Ele fala sobre os desacreditados, os quais apresentam o estigma imediatamente evidente, e sobre os desacreditáveis, ou seja, aqueles que conseguem ocultar suas características distintivas para que elas não sejam identificadas rapidamente. As prostitutas pertencem à segunda categoria, pois como afirma Pasini (1999), essas mulheres não são garotas de programa o tempo inteiro. Para se caracterizarem como tais, elas adotam formas específicas de se maquiarem e se

² O link para acesso ao site do Ministério do Trabalho e Emprego onde estão listadas todas as profissões reconhecidas é <www.mteco.gov.br>.





vestirem. A roupa, a forma como elas ocupam seus locais de atuação, a expressão facial, o caminhar, a colocação das mãos e a maior parte de seus comportamentos, indicam práticas que compõem a *performance* da prostituição.

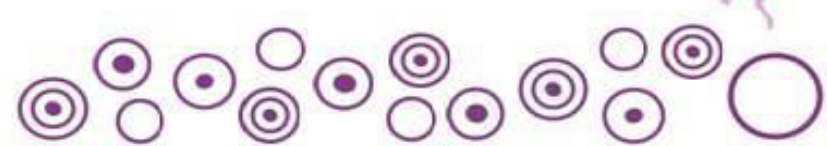
Outra característica do indivíduo estigmatizado destacada por Goffman (2008) é a de que essas mulheres constantemente se sentem inseguras diante daqueles que não apresentam um estigma como o seu ou não apresentam nenhuma marca vista como “defeituosa”. Podemos perceber essa insegurança no discurso da prostituta Gabriela Leite, quando a mesma foi convidada para participar de um encontro de Mulheres de Favela e Periferia, realizado no Rio de Janeiro e se sentiu constrangida para se identificar como prostituta (LEITE, 2009).


Um indivíduo estigmatizado também é frequentemente tratado como se ele fosse uma “não-pessoa” ou não existisse (GOFFMAN, 2008). Podemos perceber esse aspecto na prostituição quando Silva (2011) afirma que a própria sociedade que conduzia as mulheres à prostituição, também as condenava, as tratando como seres renegados e sem valor. Tornando assim a existência de cárceres privados, de exploração sexual forçada e escravidão de pessoas uma realidade que contraria todos os princípios dos direitos humanos.

Além de todas as características já mencionadas, conforme Goffman (2008) afirma, os grupos estigmatizados frequentemente criam instituições com o objetivo de fornecer base territorial e amparo psicológico para os seus participantes. Silva (2011) destaca a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), nascida em 1987 no I Encontro Nacional de Prostitutas do Brasil liderado pela prostituta Gabriela Leite. A RBP foi criada para garantir a articulação política das organizações da classe, existindo atualmente mais de trinta grupos espalhados por todo o Brasil.

A sociedade que conduz as mulheres à prostituição é a mesma que as condena. O conceito de estigma elaborado por Goffman (2008) apresentado neste trabalho, nos ajuda a compreender melhor tal afirmação. De acordo com esse autor, o estigma é definido por ser uma marca profundamente depreciativa que surge conforme uma linguagem de relações já estabelecida. Assim, considerando a análise realizada pelo presente estudo que associa conceitos da teoria de estigma a características da prostituição, percebemos que a mulher prostituta é profundamente estigmatizada. Ela carrega atributos que são rejeitados pelos indivíduos considerados normais.

Como consequências da estigmatização, a prostituta sofre violência, preconceito e está muito mais susceptível a contaminação de doenças sexualmente transmissíveis, não só pelo fato de possuir vários parceiros sexuais, mas principalmente por ter acesso restrito aos locais que oferecem atendimentos de saúde. Como nesses ambientes é oferecido tratamento para





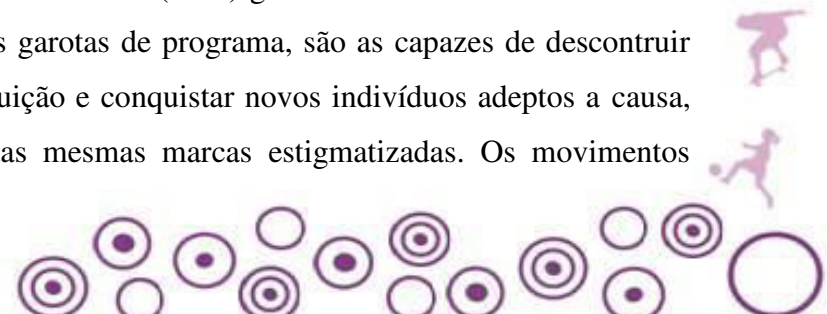
diversos tipos de pessoas, percebemos que para a prostituta isso significa um conflito, pois ela estará lidando com pessoas consideradas normais, que não compartilham do seu estigma. Como afirma Goffman (2008), a pessoa estigmatizada pode se sentir insegura em relação à forma como ela será recebida e identificada em um ambiente em que a grande maioria dos indivíduos são considerados normais.

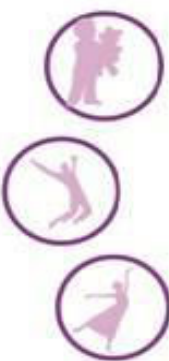
A partir da análise realizada no presente estudo no qual diversos dados sobre a prostituição foram levantados e, posteriormente, relacionados à teoria do Estigma, fica evidente a importância de tratarmos sobre o assunto. Após avaliarmos as consequências do estigma para as prostitutas, percebemos que a violência, o preconceito e toda a discriminação que elas sofrem em seu cotidiano, são provocados por manifestações sociais que perpassam diversas gerações, podendo ser associadas assim as questões de gênero propostas por Louro (1997). Dessa forma, consideramos que a condição estigmatizada da prostituição será modificada apenas por meio de manifestações e lutas constantes, visando desconstruir ideais criados tanto pela moral religiosa quanto pelo patriarcalismo. É importante ressaltar também, ainda citando Louro (1997), que a identidade das pessoas que lutam por essa causa deve ser trabalhada dentro de cada polo, e não de uma forma geral desconsiderando características individuais. Afinal, os interesses, os questionamentos e as experiências de todas as mulheres envolvidas (incluindo negras, mulheres trans, lésbicas, dentre outras) devem ser levados em consideração.

Conclusão

No decorrer desse texto foram apresentados fatos históricos e características sociais da prostituição envolvendo questões de gênero propostas por Guacira Lopes Louro, associados à teoria do Estigma proposta por Goffman. Posteriormente, todas essas informações foram analisadas em conjunto. Dessa forma, foi possível perceber de acordo com a problemática apresentada, que a prostituição, apesar de ser reconhecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como uma profissão, ela é intensamente estigmatizada. Esse estigma provoca uma constante exclusão social dessas mulheres, o que faz com que elas estejam muito mais expostas a agressões físicas e verbais e também à contaminação de DSTs.

Diante desse cenário, percebemos a necessidade de contribuirmos para que organizações como a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) ganhem cada vez mais influência. Estas instituições, criadas pelas próprias garotas de programa, são as capazes de desconstruir os estigmas criados em torno da prostituição e conquistar novos indivíduos adeptos a causa, mesmo que estes não compartilhem das mesmas marcas estigmatizadas. Os movimentos





feministas, desde que considerando as particularidades de cada pessoa, também podem ser citados aqui como fortes aliados, pois estes lutam para que as mulheres saiam da sua posição de inferioridade perante o sexo masculino, buscando de acordo com seus princípios, equidade de direitos e deveres. Essa pauta levantada pelo movimento feminista proporciona às mulheres de uma forma geral, mais liberdade para se expressarem e maiores oportunidades de buscarem ajuda diante da violência moral e física sofrida cotidianamente. Levando em consideração que esses são problemas constantemente enfrentados pelas prostitutas, fica claro que movimentos como esses também as favorece.

Após tais reflexões, compreendemos a importância problematizar as questões de gênero e questionar o estigma criado sobre as garotas de programa. As consequências dessa estigmatização é, principalmente, uma questão de saúde pública, que direta ou indiretamente, afeta toda a sociedade, que também é a principal responsável pela exclusão dessas mulheres. Por isso, é fundamental que sejam realizados trabalhos que visem conscientizar e desconstruir o estigma criado e mantido pela população a respeito da prostituição.

Referências

- AQUINO, P. de S.; NICOLAU, A. I. O.; PINHEIRO, A. K. B. Caracterização social de prostitutas diante da visão integral da saúde. **REME**, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 11-16, jan./mar. 2008.
- BEAUVOIR, S. de. Prostitutas e Cortesãs. In: _____. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. v. 2, cap. 4, p. 733-755.
- BESSA, L.; CASTRO, G. de; CRAESMEYER, B. Contribuições para uma “Filosofia Puta”: acerca da necessidade de uma Pornologia. **COMPÓS**, Belém, p. 1-20, 2015.
- CASTRO, G. de; DRAVET, F. O imaginário do mal no cinema brasileiro: as figuras abjetas da sociedade e seu modo de circulação. **COMPÓS**, Belém, p. 1-17, maio 2014.
- CECCARELLI, P. R. Prostituição: Corpo como mercadoria. **Mente & Cérebro - Sexo**, Belo Horizonte, v. 4, ed. esp., p. 1-14, dez. 2008.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes: 1997.





PASINI, E. Limites simbólicos e corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**.

Campinas, p. 181-200, out. 1999. Disponível em:

<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635351>> Acesso em: 22 set. 2016.

PENHA, J. C. et. al. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. **REBEn**. Brasília, p. 984-990, jan. 2013.

SILVA, F. P. A. Prostituição, vivências e mercantilização de corpos. **Seminário**

Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, p. 1-14, set. 2011.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

